RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DO FP DA SADC SOBRE ALIMENTAÇÃO, AGRICULTURA, RECURSOS NATURAIS E ACÇÃO CLIMÁTICA À 59ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA PLENÁRIA

Senhor Presidente, peço que a Assembleia Plenária adopte o Relatório da Comissão Permanente sobre Alimentação, Agricultura, Recursos Naturais e Acção Climática (FANRCA), apresentado à Mesa no dia 23 de Outubro de 2026.

ÍNDICE

1.0 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO 3
2.0 TERMOS DE REFERÊNCIA DA COMISSÃO 3
3.0 REUNIÕES REALIZADAS DURANTE O PERÍODO A QUE SE REFERE O RELATÓRIO 3
4.0 ENQUADRAMENTO CONTEXTUAL 3
4.1 Modernização do Protocolo da SADC sobre Energia 3
4.2 Aviso prévio e acção antecipada para a segurança alimentar e a resiliência 4
5.0 RESUMO DAS APRESENTAÇÕES 4
5.1 Modernização do Protocolo da SADC sobre Energia 4
5.2 Liderança parlamentar para a segurança alimentar e a resiliência 6
6.0 OBSERVAÇÕES DA COMISSÃO E PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO 7
6.1 Segurança energética e transição justa 7
6.2 Segurança alimentar e resiliência climática 8
7.0 CONCLUSÃO 9
8.0 APÊNDICES 10
APPENDICE I: COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO 10
APPENDIX II: LISTA DE FUNCIONÁRIOS E ESPECIALISTAS CONSULTADOS 10

1.0 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

A Comissão Permanente sobre Alimentação, Agricultura, Recursos Naturais e Acção Climática (FANRCA) é composta pelos membros compostos na lista do Apêndice I. Os representantes e especialistas que participaram de suas reuniões estão na lista do Apêndice II.

2.0 TERMOS DE REFERÊNCIA DA COMISSÃO

Os Termos de Referência específicos da Comissão Permanente da FANRCA estão estabelecidos na Regra 42(3) do Regimento Interno do FP da SADC e abrangem questões relacionadas a agricultura, pesca, silvicultura e vida selvagem, água e meio ambiente, energia, transporte, turismo, tecnologias da informação e comunicação, meteorologia, segurança alimentar e recursos naturais.

3.0 REUNIÕES REALIZADAS DURANTE O PERÍODO A QUE SE REFERE O RELATÓRIO

A Comissão realizou duas reuniões durante o período em análise. Em sua primeira reunião, realizada em 22 de Maio de 2026 em Joanesburgo, na África do Sul, examinou o Protocolo da SADC sobre Energia, bem como as prioridades para sua modernização, internalização e implementação. Em sua segunda reunião, realizada no dia15 de Outubro de 2026 em Sandton, Joanesburgo, o grupo examinou os riscos de calamidades relacionadas ao clima — incluindo as implicações das condições esperadas do fenómeno El Niño para a safra agrícola 2026/27 — e identificou prioridades parlamentares voltadas à preparação, à segurança alimentar e à resiliência em toda a região da SADC.

4.0 ENQUADRAMENTO CONTEXTUAL

4.1 Modernização do Protocolo da SADC sobre Energia

A região da SADC enfrenta défices persistentes de energia, dependência de combustíveis fósseis, infra-estrutura obsoleta e uma exposição crescente a secas, inundações e outros choques relacionados ao clima. A Comissão foi informada de que o Protocolo da SADC sobre Energia (1996), conforme alterado em 2021, requer maior implementação e modernização para abordar a resiliência climática, a energia renovável, uma transição justa e sistemas de energia descentralizados. Os apresentadores informaram que dez Estados-membros assinaram a emenda de 2021 e destacaram as etapas pendentes para a sua entrada em vigor e implementação nacional.

Energia confiável, acessível e sustentável é essencial para a produção agrícola, a irrigação, o armazenamento, o processamento e sistemas alimentares resilientes. Também apoia a industrialização e a redução da pobreza. Os parlamentos podem ajudar a traduzir compromissos regionais em resultados por meio de legislação, análise orçamental e fiscalização da acção do Executivo. A Comissão, portanto, examinou o panorama energético regional, as prioridades para a modernização do Protocolo e as medidas parlamentares para fortalecer a sua implementação.

4.2 Aviso prévio e acção antecipada para a segurança alimentar e a resiliência

A segurança alimentar e nutricional na região da SADC permanece altamente vulnerável à variabilidade climática e a choques recorrentes. Segundo dados da SADC apresentados a Comissão, estima-se que 67,7 milhões de pessoas nos 16 Estados-membros enfrentavam insegurança alimentar no período de 2024–2025. Aproximadamente 23 milhões de crianças com menos de cinco anos foram afectadas pelo atraso no crescimento, enquanto cerca de 49 milhões de crianças vivenciaram a pobreza alimentar infantil. A Comissão foi informada de que o 33º Fórum Regional de Perspectivas Climáticas da África Austral (SARCOF-33), realizado em Agosto de 2026, previu uma maior probabilidade de chuvas abaixo do normal em grande parte das regiões central e sul da área, bem como temperaturas acima da média na maior parte da região, durante a temporada 2026/27. A perspectiva apresentada a Comissão indicou que condições de El Niño haviam se estabelecido e que se esperava que se intensificassem rumo ao final de 2026.

As perspectivas para a segurança alimentar também reflectem conflitos, preços elevados dos alimentos e vulnerabilidades preexistentes nos meios de subsistência. As projecções da FEWS NET apresentadas a Comissão indicaram situações de Crise (Fase 3 da IPC) em partes do sul de Angola, do sul e centro do Malawi, do sul de Moçambique e do Sul de Madagáscar, entre Outubro de 2026 e Janeiro de 2027. O conflito continuou sendo um dos principais factores da insegurança alimentar no leste da República Democrática do Congo e no norte de Moçambique. A Comissão foi, ainda, informada de que a 46ª Cimeira Ordinária da SADC, realizada em Agosto de 2026, instou os Estados-membros a fortalecerem os sistemas de aviso prévio, a preparação para secas, a agricultura resiliente ao clima, a irrigação e o uso de culturas tolerantes à seca. A Cimeira também defendeu o aumento do comércio agrícola regional, a fim de facilitar o fluxo de produtos de áreas com excedente para áreas com défice.

Nesse contexto, a reunião da Comissão, realizada no dia 15 de Outubro de 2026, analisou como os parlamentos poderiam contribuir para transformar previsões e avaliações de risco em financiamento oportuno, medidas de preparação e investimentos sustentados em resiliência.

5.0 RESUMO DAS APRESENTAÇÕES

5.1 Modernização do Protocolo da SADC sobre Energia

A apresentação e as deliberações subsequentes destacaram diversas questões, incluindo o facto de que o Protocolo de 1996 estabeleceu uma estrutura para a harmonização da política energética, a garantia da segurança energética e a promoção da integração regional. Estratégias e programas subsequentes, incluindo o Grupo de Energia da Africa Austral (Southern African Power Pool-SAPP), ampliaram a cooperação regional, embora a implementação permaneça desigual. O progresso inclui a expansão do SAPP, interconexões transfronteiriças e projectos de energia renovável. As restrições incluem o desenvolvimento desigual da infra-estrutura, financiamento limitado, políticas inconsistentes, dependência de combustíveis fósseis, lacunas na capacidade institucional e escassez de

energia eléctrica. Os palestrantes identificaram a descarbonização, a adaptação climática, o hidrogénio verde, o armazenamento em baterias, as redes regionais, a electrificação rural e a transição justa como prioridades para a modernização.

Pesquisas sobre tecnologias de electrificação em Eswatini, Tanzânia, Malawi, Namíbia, República Democrática do Congo, Madagáscar e Moçambique destacaram um potencial substancial de recursos solares, coexistindo com uma persistente pobreza energética e dependência de combustíveis fósseis importados. O potencial solar registado variou de 263 MWh per capita ao ano, no Malawi, a 18.851 MWh, na Namíbia, enquanto a participação da energia solar variou de 0,4%, em Moçambique, a 35,4%, na Namíbia. A demanda de electricidade permaneceu abaixo do parâmetro de pobreza energética adoptado no estudo — 1 MWh per capita ao ano — em seis dos sete países avaliados. A electricidade também representou uma pequena parcela do consumo total de energia, incluindo 3,1% na Tanzânia e 3,8% na República Democrática do Congo. Os custos líquidos de importação de combustíveis fósseis foram registados em 12,7% do PIB na República Democrática do Congo e em 8% na Namíbia.

Os palestrantes argumentaram que a energia solar, a energia eólica, as baterias e os veículos eléctricos oferecem oportunidades para ampliar o acesso e reduzir a dependência de combustíveis importados. Eles enfatizaram a electrificação rural e equipamentos eléctricos a preços acessíveis para usos produtivos e domésticos. A discussão enfatizou a necessidade de mandatos institucionais claros e de estruturas com força normativa para a mitigação, a adaptação e a resiliência. A Comissão Presidencial sobre o Clima (PCC) da África do Sul foi apresentada como um exemplo de engajamento multissectorial, envolvendo governo, sector laboral, sector empresarial, sociedade civil e académica. Esse tipo de engajamento pode ajudar a abordar questões como emprego, acessibilidade financeira, igualdade de género e competitividade industrial no âmbito do planejamento da transição. Os apresentadores destacaram o progresso nas interconexões eléctricas transfronteiriças e a necessidade de ampliar o acesso efectivo à comercialização regional de electricidade. Eles identificaram projectos de interconexão de destaque como vitais para a segurança do suprimento regional.

Os membros solicitaram esclarecimentos sobre a redução das emissões provenientes do carvão e sobre as implicações do Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM). Os palestrantes discutiram a diversificação económica, a requalificação profissional, a protecção social e o planejamento da transição para comunidades dependentes do carvão. Eles também fizeram referência a metas sectoriais de emissões e a orçamentos de carbono previstos na Lei de Mudança do Clima da África do Sul, bem como a oportunidade de cooperação regional em torno de uma certificação confiável de energia renovável. A comissão tomou conhecimento de relatos sobre graves escassez de energia eléctrica — incluindo cortes prolongados no fornecimento na Zâmbia, país afectado pela seca —, acesso à energia limitada e desigual, infra-estrutura obsoleta, lacunas de financiamento e estruturas tarifárias que restringem investimentos. Os apresentadores mencionaram uma taxa

regional de acesso à energia de aproximadamente 54% e necessidades de investimento de US$ 250 bilhões até 2030.

As mudanças climáticas, a transição energética justa, a crescente demanda por minerais fundamentais e a interdependência entre os sistemas de água, energia e alimentos foram identificadas como questões que exigem maior atenção no âmbito do panorama energético regional. Os palestrantes defenderam a conclusão dos procedimentos aplicáveis nos termos do Protocolo alterado, uma implementação mais robusta dos instrumentos existentes, o planejamento da transição a nível regional, o aumento do financiamento para energias renováveis e uma maior agregação de valor local aos minerais.

5.2 Liderança parlamentar para a segurança alimentar e a resiliência

A apresentação sobre aviso prévio e acção antecipada destacou diversas questões, incluindo as perspectivas para a temporada 2026/27, que apontaram para um risco elevado de chuvas abaixo do normal, temperaturas acima da média e períodos de seca prolongados em partes do Sul e do centro da África Austral. Também podem ocorrer inundações localizadas, exigindo preparação para múltiplos riscos. Os países identificados na apresentação como estando expostos a riscos elevados de chuvas incluíam Angola, Botsuana, Zimbabwe, Zâmbia, Namíbia, Moçambique, África do Sul, Lesoto e Eswatini. Possíveis escassezes de alimentos e uma menor diversidade alimentar poderiam afectar, de forma desproporcional, crianças, gestantes e lactantes.

A redução das chuvas pode restringir o abastecimento de água para uso doméstico, a irrigação, fornecimento de água para o gado, a geração de energia hidrelétrica e os serviços de água, saneamento e higiene (WASH) em comunidades, unidades de saúde e escolas. Dependendo das condições locais, a escassez de água, as inundações e o calor podem aumentar o risco de doenças transmitidas pela água, enfermidades relacionadas ao calor, desidratação e desnutrição, impondo uma pressão adicional aos serviços de saúde. Os apresentadores enfatizaram que os países Africanos enfrentam impactos climáticos desproporcionais, apesar de sua contribuição histórica relativamente baixa para as emissões globais. Defenderam uma acção antecipatória fundamentada na protecção de vidas, meios de subsistência e dignidade humana. As previsões sazonais devem ser traduzidas em avisos acessíveis e específicos para cada localidade, articulados com decisões de preparação e financiamento oportuno. O investimento prévio e em prevenção e resiliência pode reduzir os custos de resposta a emergências e de recuperação.

A crescente frequência e gravidade dos choques climáticos exigem uma gestão de riscos mais robusto, supervisão parlamentar, financiamento sustentável e coordenação regional para enfrentar os impactos transfronteiriços. A preparação deve incluir medidas de contingência para transporte, armazenamento e distribuição, desenvolvidas em colaboração com órgãos públicos, organizações humanitárias e operadores privados, a fim de viabilizar a movimentação oportuna de alimentos e outros suprimentos essenciais. Conflitos, deslocamentos e seca podem agravar a insegurança alimentar e as

necessidades humanitárias. As respostas devem proteger os sistemas alimentares e garantir que as comunidades afectadas tenham acesso a alimentos, apoio nutricional e serviços essenciais.

A protecção social responsiva a choques deve incluir transferências monetárias escaláveis, alimentação escolar, assistência nutricional e programas de obras públicas bem estruturados. A cooperação regional pode melhorar o acesso a suprimentos, reduzir custos e fortalecer a resiliência colectiva. Os palestrantes também defenderam um maior acesso a financiamento para adaptação, recursos para perdas e danos, e apoio internacional a países e comunidades que enfrentam impactos climáticos desproporcionais.

6.0 OBSERVAÇÕES DA COMISSÃO E PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO

Após as deliberações nas duas reuniões, a Comissão apresentou as seguintes observações e recomendações:

6.1 Segurança energética e transição justa

OBSERVANDO a necessidade de fortalecer a estrutura energética regional para abordar a resiliência climática, a energia renovável, a eficiência energética, os sistemas descentralizados e uma transição justa;

PREOCUPADO com a persistente pobreza energética e com as desigualdades no acesso à electricidade confiável e a preços acessíveis, particularmente em comunidades rurais;

RECONHECENDO que a dependência de combustíveis fósseis e da energia hidreléctrica — sensível às variações climáticas —, aliada ao envelhecimento da infra-estrutura e a restrições de financiamento, expõe o abastecimento energético e os sistemas alimentares da região a riscos significativos;

RECONHECENDO a necessidade de concluir os procedimentos aplicáveis de assinatura, ratificação ou adesão a instrumentos regionais de energia e de fortalecer a implementação nacional;

RECONHECENDO os respectivos papéis constitucionais dos governos e dos parlamentos no avanço de compromissos regionais por meio de legislação, orçamentos e fiscalização;

PORTANTO, a Comissão resolveu recomendar que a 59ª Assembleia Plenária

(i) **INSTAR** os parlamentos-membros, por intermédio de suas respectivas comissões, a examinar a actuação do governo quanto à assinatura, ratificação ou adesão — conforme o caso — à emenda de 2021 ao Protocolo da SADC sobre Energia, bem como a supervisionar a sua implementação;

(ii) **INSTAR** os parlamentos-membros a solicitar aos governos relatórios sobre as medidas pendentes para a implementação de compromissos regionais na área de energia, bem como a considerar a adopção de legislação que estabeleça metas para energias renováveis, requisitos de eficiência energética e padrões de resiliência climática adequados às circunstâncias nacionais;

(iii) **INSTRUIR** o Secretariado do FP da SADC que, em consulta com o Secretariado da SADC e aos órgãos técnicos regionais pertinentes, identifique lacunas legislativas relacionadas a uma transição energética justa, eficiência energética, benefícios de minerais fundamentais e infra-estrutura energética resiliente ao clima, e que apresente uma proposta priorizada e com estimativa de custos para cobrir tais lacunas, por meio de iniciativas de leis-modelo já existentes ou aprovadas; e

(iv) **INCENTIVAR** os parlamentos-membros a utilizar a fiscalização e a diplomacia parlamentar para promover interconexões eléctricas transfronteiriças, o comércio regional de energia e a cooperação em projectos energéticos estratégicos, incluindo o Grande Inga, observados os acordos aplicáveis e as salvaguardas ambientais, sociais e financeiras.

6.2 Segurança alimentar e resiliência climática

OBSERVANDO que as perspectivas climáticas para a temporada 2026/27 indicam riscos para a produção agrícola, o abastecimento de água, a geração de energia, a saúde pública e a segurança alimentar e nutricional;

RECONHECENDO que muitas comunidades ainda estão se recuperando da seca provocada pelo fenómeno El Niño em 2023/24 e que novos choques poderiam agravar a pobreza, o deslocamento populacional e as desigualdades existentes;

PREOCUPADOS com o facto de que países e comunidades vulneráveis enfrentam impactos desproporcionais decorrentes das mudanças climáticas e necessitam de apoio oportuno para proteger vidas, meios de subsistência e a dignidade humana;

PORTANTO, a Comissão resolveu recomendar que a 59ª Assembleia Plenária deve

(i) **INSTAR** os parlamentos-membros a defenderem um maior acesso a financiamento para adaptação e a recursos para perdas e danos, bem como a supervisionar a alocação e o uso de recursos em benefício de comunidades vulneráveis, incluindo mulheres e meninas;

(ii) **INSTAR** os parlamentos-membros a examinar a preparação do governo diante de previsões actualizadas e a promover o financiamento baseado em previsões, seguros adequados indexados a condições climáticas e fundos de contingência previstos em lei, com critérios claros para sua activação e salvaguardas financeiras; e

(iii) **INSTAR** os parlamentos a priorizarem a análise orçamental e o apoio à agricultura e aos meios de subsistência resilientes ao clima, a serviços de água e saneamento, à saúde dos animais, a reservas estratégicas de alimentos e a sistemas locais de aviso prévio, bem como a solicitarem relatórios governamentais sobre gastos, implementação e benefícios para comunidades vulneráveis.

7.0 CONCLUSÃO

A segurança energética, a resiliência climática e a segurança alimentar exigem legislação coordenada, financiamento adequado e supervisão contínua. A Comissão defende uma implementação mais robusta dos compromissos regionais na área de energia, investimentos em energia limpa, confiável e acessível, e uma transição justa que apoie os meios de subsistência, a industrialização e sistemas alimentares resilientes. A Comissão insta, ainda, os parlamentos-membros a utilizarem previsões climáticas actualizadas para examinar a preparação e o financiamento, antes que os riscos se agravem e se transformem em emergências. Recomenda as resoluções propostas para a 59ª Assembleia Plenária, para fins de apreciação e adopção.

Senhor Presidente, submeto.

_____	_____
Exmo. Mwanahamisi A. MUNKUNDA	Sr. Dennis Gondwe
PRESIDENTE	**SECRETÁRIO DA COMISSÃO**

8.0 APÊNDICES

APPENDICE I: COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

A Comissão é composto pelos seguintes membros:

1. Exmo. Mwanahamisi A. Munkunda (Tanzaniz) **Presidente**
2. Exmo. Lázaro de Oliveira G. Kakunha (Angola), **Vice-Presidente**
3. Exmo. Faustin Kenda Kaziteriko (República Democrática do Congo)
4. Exmo. Sicelo Jele (Essuatíni)
5. Exmo. Mamamello Holomo (Lesoto)
6. Exmo. RAJAOBELINA Lova Herizo (Madagáscar)
7. Exmo. Abigail Xerife Bongwe (Malawi)
8. Exmo. Jacques Edouard (Maurícias)
9. Exmo. Marquita Jaime (Moçambique)
10. Exmo. John Likando (Namíbia)
11. Exc. Rocky Uranie (Seychelles)
12. Exmo. Karabo Gare (Botsuana)
13. Exmo. Chinhenza Chigwadzara (Zimbábwe)
14. Zâmbia (Representação a ser confirmada após as eleições)
15. Exmo. Ntombovuyo Mente-Nkuna (África do Sul)

APPENDIX II: LISTA DE FUNCIONÁRIOS E ESPECIALISTAS CONSULTADOS

1. Sr. Munashe Tofa Secretário, da Comissão
2. Mr Andrew Maramwidze Secretariado do FP-SADC
3. Sra. Deliwe Mataka Pessoa Recurso-OXFAM
4. Sr. Vincent Ogra OXFAM
5. Sra.Veronica Mwale OXFAM
6. Dr. Pascal Mnyakaidze OXFAM
7. Sr. Aitlton Ofelia OXFAM